

Bancários cobram mais segurança, mas bancos não priorizam proteção à vida

A pesar da sensação de insegurança, dos sequestros e do aumento das mortes em assaltos envolvendo bancos, a Fenaban tratou com profundo descaso as reivindicações de segurança bancária defendidas pelo Comando Nacional dos Bancários na quarta-feira (27), na segunda rodada de negociação da Campanha 2014, em São Paulo.

O Comando apresentou os dados da Pesquisa Nacional de Mortes em Assaltos envolvendo Bancos, feita pela Contraf-CUT e CNTV, com apoio do Dieese, mostrando que 32 pessoas foram assassinadas nos primeiros seis meses de 2014, uma média de cinco casos por mês, o que significa um aumento de 6,7% em relação a igual período de 2013. Os clientes representam 68,8% das vítimas, quase todos mortos em "saldinha de banco".

Os dirigentes sindicais também mostraram os números da Pesquisa Nacional de Ataques a Bancos, elaborada pela Contraf-CUT, CNTV e Fetrapisp, com apoio do Dieese. No primeiro semestre deste ano, foram verificadas 1.693 ocorrências, sendo 403 assaltos e 1.290 arrombamentos, uma média de nove casos por dia, que representam um crescimento de 9,1% em relação ao mesmo período do ano passado.

Esse número de assaltos é mais do que o dobro da estatística semestral da Febraban, que apurou 186 ocorrências no mesmo período. Os bancos questionaram a pesquisa do movimento sindical feita com base



Foto: Jailton Garcia/Contraf-CUT

Dirigentes sindicais exigiram mais segurança para bancários, clientes e usuários dos bancos

em notícias da imprensa, dados disponíveis de secretarias estaduais de segurança e informações de sindicatos de bancários e vigilantes. "Como dissemos na mesa de negociação, estamos à disposição para conferir os números dos dois levantamentos para apurar essa grande diferença", afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional.

Gastos de segurança representam 8,6% dos lucros

O Comando e os bancos também divergiram a respeito das despesas das empresas em segurança. Estudo do Dieese com base nos balanços das cinco maiores instituições financeiras mostra que elas gastaram R\$ 2,4 bilhões em

segurança e vigilância no primeiro semestre deste ano, para um lucro líquido de R\$ 28,3 bilhões, o que representa uma média de 8,6%.

Os bancos questionaram o número dos gastos, afirmando que ele não contempla despesas com transporte de valores. O Comando, então, propôs que os bancos sejam mais transparentes e detalhem os gastos com segurança nos seus balanços.

"O investimento dos bancos em segurança, se for comparado com a receita bruta ou de tarifas, demonstra a insignificância dessa pauta para as instituições financeiras, mesmo se tratando da vida dos bancários e clientes", denuncia o presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, Eduardo Araújo.

O Comando e a Fenaban fizeram um balanço positivo do projeto-piloto de segurança bancária conquistado na Campanha 2012 e

implantado em agosto do ano passado em Recife, Olinda e Jaboatão de Guararapes.

O Comando enfatizou a necessidade de prevenção contra sequestros diante do alto número de casos em todo o país, cujas principais vítimas são gerentes e tesoureiros.

Adicional de 30% de risco de morte

A exemplo dos vigilantes que conquistaram adicional de periculosidade de 30% dos salários através da lei nº 12.740/2012, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, o Comando reivindicou o pagamento do mesmo adicional para quem trabalha em agências, postos de atendimento e áreas de tesouraria.

Igualdade de oportunidades

Assim como aconteceu com os temas de saúde, condições de trabalho e segurança bancária, os bancos também não fizeram propostas para as reivindicações sobre igualdade de oportunidades defendidas na quinta-feira (28) pelo Comando Nacional dos Bancários, no encerramento da segunda rodada de negociações da Campanha 2014. Os bancos voltaram a negar que haja discriminações de gênero, raça e orien-

tação sexual nos locais de trabalho e protelaram mais uma vez a apresentação dos resultados do II Censo da Diversidade realizado entre 17 de março e 9 de maio.

Os negociadores da Fenaban disseram que o resultado do Censo ainda não foi concluído e que se reunirão com a consultoria que coordenou a pesquisa, comprometendo-se a trazer os resultados na primeira quinzena de setembro.

Calendário de negociações da Campanha 2014

Setembro

- ▶ **3 e 4** - Terceira rodada de negociação com a Fenaban
- ▶ **5** - Segunda rodada de negociação específica com o BNB
- ▶ **8** - Terceira rodada de negociação específica com a Caixa
- ▶ **10 e 11** - Quarta rodada de negociação com a Fenaban
- ▶ **12** - Terceira rodada de negociação específica com o BB
- ▶ **12** - Terceira rodada de negociação específica com o BNB
- ▶ **12** - Quarta rodada de negociação específica com a Caixa
- ▶ **15** - Quarta rodada de negociação específica com o BNB

Negociação específica com o BB sobre igualdade e segurança não avança

A rodada de negociação entre o Comando Nacional dos Bancários, assessorado pela Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, realizada na segunda-feira (1º), no Edifício Sede I, em Brasília, pouco avançou nos temas sobre igualdade de oportunidades e segurança bancária. O BB não apresentou propostas efetivas dos itens que constam na minuta de reivindicações.

Antes do início das discussões dos temas previstos para esta segunda, o Comando exigiu informações sobre as mudanças nos parâmetros de cobrança no programa de Gestão de Disciplina e Perdas (Gedip). Com a alteração feita pelo banco, o valor mínimo passou para R\$ 600,00. Anteriormente não havia valor mínimo de cobrança na Gedip. Segundo o BB, uma média de 80% dos processos do Gedip acabariam com essa mudança.

Os bancários cobram uma mesa específica sobre Gedip para debater os mecanismos de apuração de responsabilização pecuniária em casos de falha em serviço, onde têm acontecido cobranças indevidas, que são descontadas



A rodada de negociação foi realizada no Edifício Sede I do BB, em Brasília

direto do trabalhador por meio do processo automatizado. O movimento sindical exige a inclusão de um processo de defesa no Gedip.

O Comando Nacional reivindicou melhorias nos procedimentos do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Em municípios onde não existe a possibilidade de realização do exame, os representantes dos trabalhadores cobram a cobertura de custos de locomoção e abono do dia, se não houver o cumprimento do contrato do PCMSO.

Reformas nas agências do BB durante o horário de expediente com consequências à saúde dos

trabalhadores e população continuam e o Comando denunciou essa prática.

“Reforçamos a reivindicação do pagamento de periculosidade para os bancários, conquista já obtida pelos vigilantes. Bancários e vigilantes estão no mesmo ambiente e expostos a situações de risco”, destaca **Rafael Zanon**, diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília e representante da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) na Comissão de Empresa.

O funcionalismo reivindica que as agências tenham todos os quesitos de segurança como por-

ta-giratória com detector de metais e proibição do transporte de valores por bancários. Outro item da pauta específica é a atualização da indenização para funcionários que sofreram assaltos, sequestro ou extorsão. O Comando Nacional dos Bancários também tem discutido fortemente o tema na mesa de negociação com a Fenaban.

O Comando e a Comissão de Empresa propuseram a criação de um programa de atendimento posterior para as vítimas de assédio moral e sexual comprovados.

Atualmente o BB tem uma postura de punição nos casos de assédio sexual no que se refere ao assediador, mas quer discutir a melhor forma de tratamento das vítimas. Os comitês de ética também não são instrumentos efetivos e têm baixa credibilidade devido a problemas como falta de reuniões.

O Comando também reivindicou o pagamento da licença-prêmio e férias de 35 dias após 20 anos trabalhados no BB.

A próxima mesa de negociação específica tratará de remuneração e demais itens.

Leia mais em bancariosdf.com.br.

NOTA DA CONTRAF-CUT

Funcionários cedidos do BB à Previ devem ser preservados e bônus, revistos

A Contraf-CUT, federações e sindicatos apoiam o voto contrário dos conselheiros eleitos da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) e condenam a utilização do voto de minerva no episódio dos bônus aos diretores da entidade. O voto de minerva, ou de “qualidade”, foi utilizado pelo presidente do Conselho Deliberativo, indicado pelo BB, para decidir sobre a extensão de bônus pago pelo banco aos diretores da Previ.

O voto de minerva no Conselho Deliberativo da Previ, imposto na reunião de julho, precisa ser derrubado. É uma excrecência autoritária implantada pelo governo Fernando Henrique Cardoso e foi usado duas vezes na história da Previ. Uma, para recolher Imposto de Renda no período tuano. Outra, agora, ao estabelecer parâmetros

de aferição do desempenho exigido dos diretores da Previ para que tenham direito a receber o módulo bônus da PLR.

As duas decisões não são de interesse dos trabalhadores e comprovam que a gestão compartilhada só será implantada de fato quando o voto de minerva cair. Uma dívida do governo com os trabalhadores do BB, que precisa ser resgatada. As entidades sindicais continuarão lutando contra esta modalidade de voto que decide coisas em favor dos interesses do banco e de seus executivos.

Defesa dos funcionários cedidos à Previ

O convênio estipula que todo funcionário cedido pelo BB para trabalhar na Previ deve receber salários,

benefícios e PLR semelhantes aos pagos para os mesmos cargos no banco. A regra vale há quase dez anos.

O problema é que o módulo bônus da diretoria do banco tem previsões que o distancia da regra válida para a totalidade dos funcionários. Os sindicatos negociam os valores e parâmetros de todos, menos os da diretoria.

É preciso preservar os funcionários cedidos à Previ. Sua dedicação e compromisso com a boa gestão do patrimônio dos associados é uma das causas do sucesso do fundo de pensão. Como participantes, administram os próprios recursos de aposentadoria e têm o maior interesse que a Previ dê certo. Romper o convênio de cessão e devolver todos ao banco, como querem alguns, pode colocar a Previ em risco e isto não interessa aos associados.

Queremos alteração da política de pagamento de bônus para executivos do banco

A Contraf-CUT, federações e sindicatos consideram que a remuneração dos executivos do banco por meio de bônus dissociam dos valores pagos aos demais funcionários e permite que se disseminem políticas de assédio aos funcionários por resultados.

Ao condenar a aplicação do voto de minerva na Previ para aplicação da prática adotada no banco, de pagamento de bônus, as entidades sindicais cobram a revisão do processo de remuneração dos executivos do BB como tem sido feita.

Caixa frustra em negociação sobre Funcef, isonomia de direitos e aposentados

Uma nova postura intransigente da Caixa Econômica Federal marcou a segunda rodada de negociação da pauta específica de reivindicações da Campanha 2014 com o Comando Nacional dos Bancários, assessorado pela Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa). O Sindicato dos Bancários de Brasília e a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) também participaram da negociação.

A reunião foi realizada na sexta (29), em Brasília, ocasião em que o banco não apresentou contraproposta para solucionar demandas relativas à Funcef, aposentados e isonomia de direitos.

“Desde a primeira rodada de negociações, em 21 de agosto, temos feito propostas detalhadas para cada reivindicação da pauta específica e tínhamos a expectativa de que os negociadores da Caixa trouxessem soluções para itens como saúde do trabalhador, Saúde Caixa, programa de Desempenho de Gestão de Pessoas (GDP), Funcef, aposentados e isonomia”, afirma Fabiana Matheus, coordenadora da CEE/Caixa.

Ela lembra que isto não só não aconteceu, como o resultado da negociação da sexta foi frustrante, sobretudo por não registrar avanços satisfatórios.

As negativas da Caixa começaram pelas demandas sobre a Funcef. De início, o banco recusou-se



Banco não trouxe proposta para atender reivindicações dos empregados

a reconhecer o CTVA como verba salarial para fins de aporte à Fundação, tanto para os que saldaram quanto para os que permaneceram no REG/Replan não-saldado. O banco argumentou não ser viável o reconhecimento do CTVA, informando que o assunto poderá ainda ser avaliado.

Também foi negado o fim da discriminação ao pessoal do REG/Replan não-saldado, de forma a que seja garantido aos participantes deste plano de benefícios da Funcef o direito de migrarem para o PCS 2008 e para o PFG 2010. O entendimento das entidades sindicais é de que a postura da empresa se constitui em retaliação a esses empregados, pelo fato dos mesmos terem simplesmente optado por não aderir ao Novo Plano, algo que lhes foi facultado à época do saldamento. Foi reivindicado ainda o fim da discriminação aos trabalhadores que possuem

ações trabalhistas contra a Caixa.

O Comando considera importante o avanço que o GT na Funcef conquistou em itens como auxílio e cesta-alimentação, abono e Pams, cabendo à Caixa a responsabilidade integral por essas demandas. Diante disso, o movimento sindical reivindica que essa mesma situação se reflita também nas questões relacionadas a CTVA, horas extras e outras reivindicações dessa natureza.

O fim do voto de Minerva, outro ponto crucial defendido pela representação nacional dos empregados, foi negado ainda pelo banco. A Caixa recusou-se também a atender o item da obrigatoriedade de que os indicados para cargos de direção da Funcef sejam empregados em atividade ou aposentados, participantes da Fundação. Inicialmente irreduzível para a exigência de corrigir as verbas salariais das mulheres pré-79, que se aposenta-

ram antes do ano de 1979 ganhando menos que os homens, a Caixa acenou com a proposta de levar novamente esse assunto para uma reavaliação. O Comando voltou a cobrar equiparação de direitos de todos os empregados em relação à licença-prêmio e ao Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Houve protesto e o Comando insistiu para que o banco apresente os números a respeito de eventuais impactos, caso a extensão desse direito seja concedida aos demais bancários. Cobrada a esse respeito, a Caixa se comprometeu a fazer esse estudo.

“Vários itens de isonomia foram conquistados desde 2003, mas ainda existem itens que são caros aos trabalhadores porque fazem diferença no encarecimento para que os empregados não fiquem reféns da comissão”, afirmou Fabiana Uehara, diretora do Sindicato dos Bancários de Brasília e da Contraf-CUT.

O secretário de Formação do Sindicato, Antonio Abdan, também participou da negociação representando a Fetec-CUT/CN.

Nas próximas rodadas, que ocorrerão nos dias 8 e 12 de setembro, serão negociados os temas segurança bancária e terceirização, que seriam discutidos na reunião da sexta. Nessas ocasiões, haverá ainda debates sobre carreira, contratação de pessoal, condições de trabalho, jornada de trabalho/Sipon e organização do movimento. **Leia mais em bancariosdf.com.br.**

Encontro reforça mobilização dos empregados da Caixa por isonomia

A realização de um Dia Nacional de Luta por Isonomia em 11 de setembro, na quinta-feira da próxima semana, foi uma das propostas aprovadas pelos 110 delegados de todo o país que participaram do 3º Encontro Nacional de Isonomia, realizado no sábado (30), em Brasília, por decisão do 30º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), ocorrido no início de junho, em São Paulo.

O evento foi convocado pela Contraf-CUT, com o apoio de federações e sindicatos, incluindo o de Brasília, e contou com a participação de 77 homens e 33 mulheres, além de nove observadores: 4 ho-

mens e 5 mulheres.

Outro resultado importante foi a criação de calendário permanente de luta, com previsão de encontros estaduais, regionais e nacionais, durante todo o ano. Também foi definida a divulgação nas redes sociais da lista dos parlamentares que votaram e vierem a votar contra a aprovação do projeto de lei nº 6.259/2005. De autoria dos parlamentares Daniel Almeida (PCdoB-BA) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), o projeto estabelece isonomia entre os empregados da Caixa, BB, Banco do Nordeste/BNB e Banco da Amazônia.

“As iniciativas visam dar desdo-



Participantes aprovam Dia Nacional de Luta em 11 de setembro

bramento às discussões em torno da luta por igualdade de direitos e benefícios entre trabalhadores dos bancos públicos federais, buscando, dentre outras, intensificar a pressão

sobre o Congresso Nacional”, afirmou o secretário de Formação do Sindicato, Antonio Abdan, que é empregado da Caixa e representou o Sindicato no encontro.

Festa dos Bancários reúne milhares de pessoas na AABB

O Dia do Bancário, celebrado em 28 de agosto, um marco nas lutas históricas e na união da categoria por melhores condições de trabalho, foi comemorado pelo Sindicato com uma grande festa, no sábado (30), na AABB. Milhares de bancários e bancárias compareceram para prestigiar os shows do guitarrista, cantor e compositor Jorge Ben Jor, das bandas Suprema e Satisfaction e do DJ Tadeu Miura.

“A festa foi um sucesso, assim como as das edições anteriores. Os bancários e bancárias presentes se confraternizaram em um clima muito tranquilo. Em um espaço confortável, todos se divertiram e comemoraram à vontade”, afirmou o presidente do Sindicato, Eduardo Araújo.

Esta foi a primeira festa da recém-sindicalizada Thalita Oliveira, funcionária do Banco do Brasil. “Ficou ótima a estrutura dos dois ambientes, que dispersou o público e não tumultuou. As atrações também contribuíram para a noite ser ótima e bastante agradável”, elogiou a bancária.



Bancários comemoraram o 28 de agosto ao som de Jorge Ben Jor

Após a Festa, a luta

A participação interativa das fotos e mensagens, que apareceram nos telões espalhados pelos dois ambientes, fez bastante sucesso e manteve os convidados entretidos durante toda

a noite. “Valeu a pena o esforço para oferecer uma festa à altura dos trabalhadores”, afirmou o secretário Social e Cultural do Sindicato, Sandro Oliveira. “Depois da Festa dos Bancários, vamos intensificar nossa mobilização para a Campanha Nacional 2014”, acrescentou o dirigente sindical.

Lucro do BRB recua

Na quinta-feira (28), o BRB divulgou seu balanço referente ao 1º semestre de 2014. O lucro apresentou um recuo de 26,8% comparado com o mesmo período do ano passado.

“Mais uma vez, vai se consolidando que a estratégia da direção do BRB não acompanha o sistema. Com raríssimas exceções, os bancos cresceram quando comparados com igual período do ano passado. Por sua vez, o BRB novamente apresenta recuo em seu resultado, conforme já ocorrera com o resultado de 2013, comparado ao de 2012”, pontua o diretor do Sindicato Antonio Eustáquio, que também é bancário do BRB.

O banco alega que as condições de concessão de crédito por longos períodos em anos anteriores, com taxas menores, foram os responsáveis pela situação, visto que estes contratos estão em vigor. Porém, a taxa de captação subiu em função da elevação da Selic, o que impactou o spread – diferença entre o que os bancos pagam na captação de recursos e o que eles cobram ao conceder um empréstimo.

“Lamentável esta explicação do BRB. As condições as quais o banco esteve submetido em anos anteriores foram as mesmas para os demais bancos. Os demais também estão captando com um custo maior neste momento, e apresen-

tam crescimento constante e sustentável. Este argumento não cabe”, acrescenta Eustáquio.

Conforme o acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), e em face de uma rentabilidade de 7,33%, o banco destinará 15% do lucro líquido, após o desconto das reservas legais conforme determina a legislação, para o pagamento da PLR dos funcionários.

Ainda conforme o acordo coletivo, o BRB tem até o dia 20 de setembro para pagar a participação a que os funcionários têm direito. Porém, esse pagamento pode ser feito antes, e o Sindicato reivindica a antecipação. Quanto ao recebimento integral, quase todas as uni-

dades do banco, incluída a Direção Geral, receberão a integralidade da participação. Pouquíssimas agências não terão esta integralidade, demonstrando a capacidade dos funcionários do banco na perseguição da metas, mesmo sendo estas extremamente elevadas.

Pelo montante destinado à PLR, percebe-se que os bancários do BRB receberão um valor maior que o distribuído em março, quando foi paga a PLR referente ao segundo semestre de 2013. No entanto, será um valor proporcionalmente bem inferior ao absurdo pago para a diretoria, cuja PLR responde a três remunerações.

Leia mais em bancariosdf.com.br.

RÁPIDAS

COE do Itaú discute bancarização dos trabalhadores da Fináustria

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu na quinta (21), na sede da Contraf-CUT, em São Paulo, para discutir,

dentre outros temas, a bancarização dos trabalhadores da área de financiamento de veículos, a Fináustria.

O processo de negociação teve início no mês de maio e envolve 1.829 empregados, que hoje não são considerados integrantes da categoria bancária, apesar de atuarem na área de crédito.

“Vamos continuar pressionando para que os trabalhadores da Fináustria sejam valorizados”, afirmou a secretária de Assuntos Parlamentares do Sindicato, Louraci Moraes. Ela representou a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN) na negociação.

Poupex: Sindicato entrega pauta específica

Na segunda (1º), o Sindicato e a Contraf-CUT entregaram ao diretor de Pessoal da Poupex, general Claudio Rogério Pinto, as pautas de reivindicações da campanha salarial 2014/2015. **Leia mais em bancariosdf.com.br.**